



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

Data da reunião: 15/09/2015

Presidente: Senador Romário

1ª Parte - SABATINA

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>MSF 60/2015</p> <p>Ementa: Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "I", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora DÉBORA REGINA IVANOV GOMES, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga da Senhora Vera Zaverucha.</p> <p>Autoria: Presidente da República [tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senadora Marta Suplicy	Pronto para deliberação [relatório]	<p>Submete ao Senado o nome de Débora Regina Ivanov Gomes, advogada e produtora de cinema e televisão, envolvida em mais de 60 obras audiovisuais, para ocupar o cargo de Diretora da ANCINE.</p> <p>Conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o exame de indicações seguirá etapas: na primeira, o Relator apresentará o Relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais, após o quê será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão e divulgado o Relatório por meio do portal do Senado Federal.</p> <p>1- Na 42ª Reunião Ordinária, a Matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.</p> <p>2- A votação do Relatório será procedida por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.</p>

2ª Parte - DELIBERATIVA

Consultoria Legislativa do Senado Federal

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

Data da reunião: 15/09/2015

2

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PLC 58/2015 Ementa: Institui no Brasil o Dia Nacional do Educador Social. Autoria: Deputado Chico Lopes [tramitação] Não Terminativo	Senadora Maria do Carmo Alves	Favorável ao Projeto. [relatório]	<p>Institui o Dia Nacional do Educador Social, a ser comemorado em 19 de setembro, dia do nascimento de Paulo Freire.</p> <p>- A Matéria constou da pauta das Reuniões de 1/9/2015 e 8/9/2015.</p>
2	PLS 45/2015 Ementa: Dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas públicas ou particulares e dá outras providências. Autoria: Senador Romário [tramitação] Terminativo	Senadora Lídice da Mata	Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH, 2-CDH, 3-CDH e 4-CDH. [relatório]	<p>O PLS 45/2015 estabelece: (a) a proibição da cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas públicas ou particulares; (b) que as escolas devem garantir no seu projeto político-pedagógico a educação inclusiva e promover as adaptações necessárias para sua efetivação; e (c) que estabelecimentos de ensino, em caso de dúvidas referentes à violação de direitos das crianças e dos adolescentes com deficiência, devem encaminhar os casos ao Conselho Tutelar, ao Conselho de Educação competente ou ao Ministério Público. As emendas aprovadas pela CDH resolvem problemas de técnica legislativa e redação.</p> <p>- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para as emendas.</p>
3	PLS 314/2014 Ementa: Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para denominá-la Lei "Senador Ramez Tebet". Autoria: Senador Ruben Figueiró [tramitação] Terminativo	Senador João Alberto Souza	Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. [relatório]	<p>O projeto destina-se a conferir a denominação "Lei Senador Ramez Tebet" à Lei 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</p> <p>As emendas apresentadas visam a aprimorar a técnica legislativa.</p> <p>1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para as emendas. 2- A Matéria constou da pauta das Reuniões de 25/8/2015, 1/9/2015 e 8/9/2015.</p>
4	PLS 255/2014 Ementa: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental. Autoria: Senador Wilson Matos [tramitação] Terminativo	Senador Cristovam Buarque	Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. [relatório]	<p>Altera a Lei 9.394/1996 (LDB), instituindo a escola de tempo integral no ensino fundamental.</p> <p>A primeira emenda apresentada promove outras alterações na LDB para não haver conflito com o projeto, determinando que a implantação progressiva do tempo integral observe o PNE em vez de ser feita a critério dos sistemas de ensino, como dita a redação atual.</p> <p>A segunda emenda apresentada visa a incluir a educação infantil na redação da Meta 6 do PNE – educação em tempo integral.</p> <p>1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para as emendas. 2- A Matéria constou da pauta da Reunião de 8/9/2015.</p>

Data da reunião: 15/09/2015

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	PLS 403/2013 Ementa: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre doações às universidades. Autoria: Senador Wilder Morais [tramitação] Terminativo	Senador Cristovam Buarque	Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. [relatório]	Altera a Lei 9.394/1996 (LDB), facultando que as doações feitas às universidades sejam direcionadas a projetos específicos, conforme acordo entre doadores e instituições. A emenda apresentada visa clarificar como se dará o processo de captação e alocação de recursos nas universidades públicas. 1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para a emenda. 2- A Matéria constou da pauta da Reunião de 8/9/2015.
6	PLS 49/2014 Ementa: Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus. Autoria: Senador Inácio Arruda e outros [tramitação] Terminativo	Senador Donizeti Nogueira	Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. [relatório]	O PLS estabelece gratuidade de acesso às instituições museológicas participantes do Sistema Brasileiro de Museus aos estudantes de artes, museologia, arquitetura, audiovisual, música, design e moda, mediante apresentação da Carteira de Identificação Estudantil. A emenda altera o requisito para comprovação da condição de estudante pela simples comprovação de matrícula em algum dos cursos listados pelo PLS. 1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para a emenda. 2- Na Reunião de 8/9/2015, a Matéria foi retirada de pauta a pedido do Relator.

Item	Identificação da matéria
7	RCE (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO) 95/2015 Ementa: Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater o "Marco Regulatório da Educação a Distância - EaD". Autoria: Senador Paulo Paim
8	RCE (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO) 97/2015 Ementa: Requeiro em aditamento ao requerimento de audiência pública, numero 90/2015 já aprovado na sessão deliberativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Tal audiência prevê debate para "Institucionalizar o Dia Nacional do NANISMO no Brasil". Para tanto, sugiro que seja acrescentado coo expositor o Sr. Vanderlei Linck, servidor Público Federal, cargo de Assistente em Administração. E-mail para contato v-linck@hotmail.com Autoria: Senador Romário

Item	Identificação da matéria
9	RCE (REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO) 98/2015 Ementa: Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a realização de audiência pública, nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça (Requerimento nº 14, de 2015-CCJ, aprovado na reunião de 19/08/2015), para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2014, que Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA; altera as Leis nºs 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995; revoga as Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.312, de 5 de novembro de 1996, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 11.646, de 10 de março de 2008, e dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, 9.064, de 20 de junho de 1995, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.874, de 23 de novembro de 1999, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências, com os seguintes convidados, sem prejuízo da inclusão de outros posteriormente indicados: Juca Ferreira – Ministro da Cultura; Chico César – Compositor e Ex-Secretário Estadual de Cultura da Paraíba; Albino Rubim – Pesquisador e ex-Secretário Estadual da Bahia; Zulu Araujo – Presidente da Fundação Pedro Calmon; Irene Ferraz - Presidente da Escola Cinema Darcy Ribeiro; Fernando Portella, Diretor Executivo da Rede do Instituto Cidade Viva; Miguel Gomes – Produtor Cultural; Regina Miranda – referência na área de Ballet e Dança; Coordenadora da Agenda 21 da Cultura; Moacyr Goes – Diretor de Teatro e de TV; Myriam Brum – ex-Diretora da Casa da Gávea e da Funarte; Aspásia Camargo – Socióloga, Professora da FGV, ex-Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, ex-Presidente do Ipea; Marcio Calvão Moura – Engenheiro, Ator e Urbanista, criador do Circo Voador e da Fundição Progresso, revitalizou o patrimônio histórico do Recife Antigo, Pelourinho, Porto Geral de Corumbá; hoje atua com a Casa do Empreendedor Urbano (CEU), coletivo de empresas de economia criativa e formação de empreendedores; Wilma Barbosa – Diretora e Organizadora do Festrio. Autoria: Senador Roberto Rocha

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.